

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A oferta de crédito no Brasil e o *spread*  
bancário entre os anos 2008-2014**

**MONOGRAFIA**

**Juliano Adão da Costa Farias**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**A oferta de crédito no Brasil e o spread bancário entre os  
anos 2008-2014.**

**Juliano Adão da Costa Farias**

Monografia apresentada ao curso de Graduação de Ciências  
Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS),  
como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências  
Econômicas.

**Orientador: Prof. Msc. Elder Estevão de Mello**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Graduação**

**A oferta de crédito no Brasil e o *spread* bancário entre os  
anos 2008-2014.**

elaborada por  
**Juliano Adão da Costa Farias**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Econômicas**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Elder Estevão de Mello, Msc.**  
(Presidente/Orientador)

**Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr.(UFSM)**

**Paulo Ricardo Feistel, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 18 de dezembro de 2015

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Spread total Pré Fixado e seus componentes de 2008 a 2010.....	18
Tabela 2 – Decomposição do Spread Bancário.....	18
Tabela 3 – Spread Operações de Crédito.....	19
Tabela 4 – Inadimplência Recursos livres e Direcionados.....	20
Tabela 5- Saldo Cartão de Crédito Pessoa Física e Jurídica.....	21
Tabela 6 – Saldo Cheque Especial pessoa Física e Jurídica.....	22
Tabela 7 – Saldo Crédito Pessoal.....	23
Tabela 8 – Saldo Crédito Consignado Total.....	24
Tabela 9 – Saldo Crédito Aquisição de Bens Total.....	25
Tabela 10 –Saldo Arrendamento Mercantil.....	26
Tabela 11–Financiamento Imobiliário.....	27
Tabela 12 – Financiamento Recursos BNDES.....	28
Tabela 13 – Operações com desconto de Duplicatas, Desconto de Cheques, Antecipação de Cartão de Crédito.....	30
Tabela 14 – Total Capital de Giro.....	31
Tabela 15 – Operações com ACC, Financiamento a Exportações e Importações e Repasses Externos.....	32
Tabela 16 – Participação do Crédito em Relação ao PIB e total da Carteira de crédito.....	33

## **RESUMO**

Monografia de Graduação  
Curso de Ciências Econômicas  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A oferta de crédito no Brasil e relação do Spread bancário Entre os anos 2008-2014.**

AUTOR: Juliano Adão da Costa Farias

ORIENTADOR: Elder Estevão de Melo

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 18 de dezembro de 2015.

Este trabalho busca verificar a evolução do crédito no período de 2008 a 2014 e sua relação com o Spread bancário no período, a partir da análise do funcionamento do sistema Financeiro Nacional. Os dados para a presente pesquisa foram retirados do Banco Central do Brasil e IPEADATA. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, com objetivo de identificar o avanço entre as variáveis e determinar uma posição entre as mesmas. A coleta de dados foi determinante para verificar os níveis de crédito e Spread por tipo de participação no sistema. As ações da oferta de financiamento está ligada ao momento macroeconômico, e influencia diretamente o desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:**crédito,Spread,crescimento,BancoCentral.

## Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	Definição do problema .....	6
1.2	Objetivos .....	7
1.2.1	Objetivo geral.....	7
1.2.2	Objetivos específicos .....	8
1.3	Justificativa .....	8
1.4	Estrutura do Trabalho .....	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	O sistema Financeiro Nacional ( SFN).....	9
2.2	Risco de Crédito .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> 0
2.3	Spread Bancário e sua composição .....	14
2.4	Inflação e taxa de juros na determinação do spread.....	16
3.	SPREAD BANCÁRIO .....	17
3.1	Método de Decomposição do Spread pelo Banco Central.....	17
3.2	Participação do Credito Pessoa Física e Pessoa Jurídica.....	20
3.3	Participação do Crédito em Relação ao PIB.....	33
4	ANALISE DOS DADOS APRESENTADOS .....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

## 1 INTRODUÇÃO

A oferta do crédito no Brasil ocorre de maneira distinta, conforme a aplicação das políticas monetária e fiscal. Neste contexto é necessário uma análise do volume das operações financeiras, verificando a distribuição do crédito no Brasil. Analisar como será o comportamento do mesmo entre os anos de 2008 até 2014 a partir dos dados divulgados neste período.

O crédito é instrumento essencial ao financiamento do consumo das pessoas e do investimento dos setores produtivos no país. As estimativas que explicam o crescimento da economia brasileira em determinado período recente é, justamente, a ampliação do mercado de crédito.

Existe uma relação entre *Spread* bancário e o crédito, sendo que quanto menor o *spread*, maior vai ser a busca por crédito.

O custo do crédito é influenciado pelas altas taxas de juros, pelos aumentos relativos dos preços, também pela crescente remuneração de títulos públicos e os chamados custos operacionais que causam certa limitação, encarecendo e prejudicando um desempenho econômico maior. No ano de 2008 a relação Crédito/PIB no Brasil foi de 41,3%, já nos EUA esta relação chegou a 180% num mesmo período.

Com elevadas taxas de juros que impedem financiamentos a custo baixo, taxas de aplicação e custos de captação também altas, juntamente aos componentes de instabilidade nas informações do mercado, as incertezas e o risco do crédito nas transações atingem e elevam o *spread*.

A abordagem deste trabalho buscará examinar quais os principais tipos de créditos ofertados à população e aos agentes, verificando a expansão e o nível de *spread* bancário.

## 1.1 Definição do problema

Qual a relação entre a oferta de crédito e o “*spread*” entre 2008 e 2014?

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar os determinantes para evolução e expansão do crédito no Brasil entre os anos de 2008 a 2014.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Pesquisar o crédito e suas formas na economia brasileira.
- b) Analisar e levantar dados das operações de crédito concedido no período.

## 1.3 Justificativa

O presente trabalho se justifica primeiro pela relevância do panorama do crédito no período (2008-2014), em especial a aplicação e a evolução dos variados tipos de créditos que a partir de 2008 o governo adotou. Foi uma política anticíclica de expansão do crédito, estendendo o programa de empréstimos, para a modalidade consignada, o que facilitou e ampliou o acesso ao sistema bancário de segmentos da população com renda menor, viabilizando operações de crédito com taxas de juros bem mais acessíveis que as praticadas normalmente pelo mercado financeiro. Em determinado período com a trajetória consistente e o declínio das taxas de juros, houve aumento do consumo e investimentos. Deve-se ressaltar que no período da crise em 2008, os bancos públicos tiveram papel importante para operar políticas públicas de acesso ao crédito.

O crédito é tido como instrumento essencial da atividade econômica, impulsionador do crescimento e da produtividade em todos os setores. Muitos dos desafios são de ordem estrutural e estão relacionados à elevada taxa de juros e aos altos spreads do sistema financeiro nacional. Uma saída econômica é o governo tentar ampliar a oferta de crédito de forma persistente e segura sem aumentar a inadimplência, porém ainda existem juros e spreads muito

elevados. Torna-se eminente verificar se o crédito tendo sido estimulado, o quanto esteve presente no período em diferentes tipos e setores econômicos.

#### **1.4 Estrutura do Trabalho**

Além da introdução já exposta, o presente trabalho será organizado em três partes. A primeira parte trata do referencial teórico que fundamenta a pesquisa. A segunda parte abordará os dados e a decomposição do Spread e do Crédito no período. E por fim, na terceira parte serão apresentados e analisados os dados extraídos de órgãos governamentais para dimensionar as variáveis abordadas e as considerações finais. O referencial teórico deste trabalho é o Banco Central do Brasil e o IPEADATA.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.10 Sistema Financeiro Nacional (SFN)**

O objetivo essencial do mercado financeiro é captar os recursos dos poupadores para emprestar a pessoas com escassez de recursos. Os principais agentes superavitários são as famílias, empresas, governo e estrangeiros. E os principais deficitários tomadores são as empresas comerciais, famílias, governo e estrangeiros. E de forma direta e ou indireta, quando há um intermediário financeiro.

Segundo (JANTALIA, 2012) o SFN é integrado pelo Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e demais instituições financeiras públicas e privadas. Sua composição é um conjunto de instituições, operações e normas que viabilizam a intermediação financeira, a transferência de recursos entre agentes econômicos ou ainda, a proteção de interesses financeiros desses agentes, englobando as instituições que nele operam, assim como os órgãos e entes reguladores e supervisores, podendo ser dividido em quatro segmentos: mercado financeiro, mercado de capitais, mercado monetário e mercado de crédito.

O mercado financeiro é o conjunto de instituições, operações e normas que intermedeiam as relações financeiras entre credores (agentes superavitários) e devedores (agentes deficitários). O Conselho Monetário Nacional é o órgão regulador, o Banco Central do Brasil a entidade supervisora. O CMN tem a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do país. É de suas atribuições normativas a política monetária e cambial. Os membros do CMN são o Ministro da Fazenda (que o preside), o Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão e o Ministro Presidente do Banco Central. (JANTALIA,

2012). Cabe ao Banco Central cumprir e fazer cumprir normas expedidas pelo próprio CMN, sua missão é atuar em favor da preservação do poder de compra da moeda e supervisionar o funcionamento do mercado financeiro garantindo sua solidez, estabilidade e eficiência sobre uma parcela da receita líquida e sobre os ativos da empresa.

O mercado monetário engloba a oferta e a demanda de moeda, e a base de suas operações são os títulos públicos, com destaque aos emitidos pelo Tesouro Nacional, O Tesouro Nacional tem como objetivo financiar o orçamento público e certificados de depósito interbancários (títulos emitidos pelas instituições financeiras para viabilizar a transferência de recursos entre elas). Segundo Mishkin (1998), uma prática adotada pelo mercado monetário é só negociar títulos de dívida de curto prazo, com vencimento de menos de um ano porque este título tem flutuações menores de preços do que os títulos de longo prazo. Assim tende a ter liquidez superiores aos títulos de longo prazo.

O mercado de capitais no sistema financeiro é regido pela comissão de valores mobiliários (CVM) e é um sistema de distribuição de valores mobiliários que visa proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. O mercado de capitais tem como objetivo canalizar recursos de médio e longo prazo para empresas, através das operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, efetuadas entre empresas, investidores e intermediários.

O mercado de crédito é o conjunto de transações realizadas pelos agentes econômicos e instituições financeiras, de prazo curto e médio, destinadas ao suprimento de recursos para atender às necessidades dos indivíduos e empresas, tais como financiamento de consumo das pessoas e de capital de giro das empresas. É o mercado onde se desenvolve a intermediação financeira. O mercado de crédito é muito importante para movimentar a economia de liquidez, através do financiamento das vendas ou compras das empresas e os bancos lucram através dos empréstimos para os projetos de investimentos.

## **2.2 Risco de Crédito**

Nas instituições financeiras o risco de crédito é tido como a possibilidade de perda resultante da incerteza dos montantes a receber contratados pelos tomadores de empréstimos e outros títulos. Porém o mercado do crédito é indispensável para o desenvolvimento da economia brasileira. Empresas e instituições o tomam para ampliar e expandir seus negócios, bem como às famílias aumentam o consumo por bens e serviços gerando um ciclo econômico que beneficia todo o sistema.

Segundo a FEBRABAN lidar com a incerteza e gerir risco sempre foram características muito fortes da atividade bancária, e através de utilização de modelos internos os bancos procuram se proteger e ter um controle sobre possíveis perdas, sendo esta prática fundamental para determinar valores de crédito aos mais variados tipos de tomadores

### **2.2.1 Intermediação Financeira**

A movimentação financeira tem início com o intermediário financeiro, que tem como principal meta captar dinheiro com os agentes que tenham sobra de valores e desejam investir para capitalizar ganhos. O intermediário pagará uma taxa pelo empréstimo, e receberá outra daquele a quem repassará o dinheiro. Esta atividade recebe o nome de mediação, pois, a rigor, tal instituição irá ao encontro dos dois segmentos da economia, aquele que necessita de capital e aquele que o tem disponível para investimentos. O intermediário é geralmente uma grande instituição financeira, que destina-se exclusivamente a esta finalidade. A principal forma de captação são os depósitos, sendo eles:

Depósitos à vista são de livre movimentação, toda a quantia depositada à instituição tem por obrigação devolver quando o depositante assim demandar ou indicar.

Depósito a prazo, são aqueles com antecedência pré estabelecidos o rendimento e a data de resgate, se for retirado antes do prazo pode haver

perda no montante. São exemplos deste tipo de depósito os certificados de depósito bancário ( CDB ).

Depósitos em poupança é uma parte da renda das pessoas, depositadas, que de imediato não é gasta com consumo. De livre movimentação possui função normativa e remuneração pré-estabelecida por período mensal, de acordo com a data de aplicação, pela TR , mais 0,5% ao mês quando a taxa básica SELIC for superior a 8,5% ao ano e caso seja menor, a remuneração se dá em 70% da meta SELIC. Possui uma função social em que 65% dos recursos devem ser aplicados em financiamento habitacional.

Fazem parte do sistema financeiro as seguintes instituições:

Caixa econômica, instituição de crédito semelhante aos bancos comerciais, as caixas econômicas captam recursos através essencialmente de poupanças de particulares sob a forma de depósitos, que são aplicados na concessão de empréstimos principalmente para financiamento habitacional, também sobre penhores; e através da aquisição de títulos.

Bancos Comerciais, o objetivo dos bancos comerciais é proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e pessoas físicas. Possuem a faculdade de criar moeda escritural, constituída pelos depósitos à vista. ( LOPES & ROSSETTI ,2009)

Associações de poupança e empréstimo constituem-se sob a forma de sociedade civil, comum a seus associados, com resultados distribuídos entre eles, e a base de suas operações é originária de recursos de depósitos de poupança, destinando seus recursos ao crédito imobiliário, como exemplo no país a POUPEX.

As Cooperativas de crédito tem como principal função os serviços financeiros aos próprios associados e não associados.

As Sociedades de crédito imobiliário operam com recursos originários da colocação de letras imobiliárias, de depósitos de poupança e de repasses da CEF. Seus recursos têm destinação para financiamento de obras e aquisição de imóveis no sistema financeiro habitacional (SFH).

Bancos de Desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais e tem como objetivo proporcionar recursos de financiamento, a médio e longo prazo, de projetos e programas de desenvolvimento econômico. Captam recursos por depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de investimento ou arrendamento mercantil. Tem como exemplo o BNDES.

Bancos de Investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Constituem-se sob a forma de sociedade anônima e podem atuar no mercado financeiro e de capitais, compra e venda de metais preciosos, títulos e valores mobiliários. Não possuem conta corrente e captam recursos via depósitos à prazo, repasses de recursos externos, internos e vendas de cotas de fundos por eles administrados.

Sociedade de crédito ao micro empreendedor e a empresas de pequeno porte tem por finalidade conceder empréstimos a micro e pequenas empresas, e financiamentos a pessoas físicas. A captação se origina através de repasses e empréstimos de instituições financeiras nacionais e estrangeiras, depósitos interbancários vinculados a operações de micro-finanças. Tem como restrição o crédito para fins de consumo ou investimento em participação societária em instituições financeiras.

Agencias de fomento são caracterizadas por constituição de pessoas jurídicas em forma de sociedade anônimas de capital fechado, elas financiam empreendimentos para ampliação da capacidade produtiva.

Sociedades de crédito financiamento e investimentos, têm como objetivo conceder financiamento para aquisição de bens e serviços para capital de giro das empresas.

Bancos de câmbio atuam na compra e venda de moeda estrangeira, transferência de recursos para o exterior, financiam importação e exportação, adiantamentos de contratos de câmbio, que operam com recursos próprios e interbancários, depósito interfinanceiro ou de captação no exterior.

Companhias Hipotecárias concedem financiamentos destinados à produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais aos quais não se aplicam as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Suas principais operações passivas são: letras hipotecárias, debêntures, empréstimos e financiamentos no país e no Exterior. Suas principais operações ativas são: financiamentos imobiliários residenciais ou comerciais, aquisição de créditos hipotecários, refinanciamentos de créditos hipotecários e repasses de recursos para financiamentos imobiliários.

### **2.2.2 Classificação de Risco (*Ratings*)**

Segundo o Banco Central o *rating* ou classificação de risco é uma nota atribuída a um emissor de dívida (uma empresa, por exemplo). A nota é atribuída por instituição especializada na análise de crédito em cima de uma avaliação sobre a capacidade e possibilidade de que o emissor honre integralmente a sua dívida. O *rating* é instrumento de suma importância para o mercado, uma vez que fornece aos potenciais credores opinião independente a respeito do risco de crédito da dívida do emissor analisado. Com base nessa classificação nos bancos existem os níveis de risco sendo eles:

Nível AA o saldo a ser provisionado é de 0%, nível A 0,5%, para nível B 1% ( atrasos de 15 a 30 dias), para nível C 3% ( atrasos de 31 a 60 dias)para nível D 10% ( atrasos de 61 a 90 dias), nível E 30% ( atrasos de 91 a 120 dias), nível F 50% ( atrasos de 121 a 150 dias), para nível G 70% ( atrasos de 151 a 180 dias) e para nível H 100% ( mais de 180 dias de atraso).

### 2.3 Spread bancário e sua composição

O Spread bancário pode ser explicado como a diferença entre os juros que o banco paga ao captar dinheiro e os juros que ele cobra ao emprestar. As vias normais dos bancos de captar dinheiro são as aplicações em poupança, CDBs, depósitos em conta e outros investimentos financeiros vendidos por eles. Quando alguém deposita dinheiro no banco, por exemplo em uma aplicação ou poupança, está fazendo na verdade um empréstimo do seu capital líquido à instituição que por sua vez paga uma taxa de juros por esse dinheiro, assim da mesma forma quando o banco empresta a alguém, cobrará uma taxa de juros, portanto, a diferença entre estas duas taxas é chamado de Spread Bancário.

Para entender melhor os fatores que influenciam o *spread*, devemos analisar sua composição, e segundo o Banco Central o *spread* é constituído do seguinte composição: custos administrativos+ custos tributários+depósitos compulsórios e custos de direcionamento+ inadimplência + margem líquida.

Custos administrativos: custos com agências, funcionários, publicidade, segurança e despesas diretas e indiretas das instituições financeiras.

Custos tributários: são os impostos, tributos como o imposto sobre operações financeiras (IOF), PIS, COFINS e também contribuição sobre o lucro líquido (CSLL).

Depósito compulsório e custo de direcionamento: O compulsório é responsável por regular e criar estabilidade no mercado, segurando a disponibilidade de moeda aos Bancos. Já o Fundo Garantidor de Crédito corresponde a 0,0125% do valor dos saldos de contas que registram obrigações aos valores garantidos pelo fundo.

Inadimplência: este é o principal fator no Brasil apontado como determinante para o alto Custo do Spread, segundo o Banco Central é feita uma estimativa sobre os períodos anteriores para mensurar as perdas futuras e baseado em cima de que muitos devedores não vão honrar seus compromissos de pagamento

Margem Líquida: esta é o spread líquido deduzidos os custos anteriores, como resultado da intermediação financeira, há de se considerar neste caso a relação de oferta de crédito, inflação e juros.

## **2.4 Inflação e Taxa de juros na determinação do Spread**

Inflação pode ser entendida de maneira simples como uma elevação do nível geral de preços. Inflação de Demanda subentende-se que uma alta generalizada de preços é resultado de excesso de demanda agregada em relação a capacidade de oferta agregada. Inflação de Custos tem relação com a variação salarial, pode gerar aumento de preços de matérias-primas nos custos das principais indústrias da economia. (LOPES& ROSSETI, 2009).

Há um entendimento de que a inflação e a taxa básica de juros estão entre as variáveis que afetam e também são determinantes do spread no ambiente macroeconômico.

A taxa básica de juros, SELIC, institui o retorno médio dos títulos públicos, e é ela que determina os níveis de preços e a atividade econômica, sendo fixada periodicamente pelo Comitê de Política Monetária, o COPOM. A taxa de juros afeta a decisão das pessoas e das empresas entre consumir e poupar, entre investir ou segurar. Quando o governo reduz ou aumenta os meios de pagamento, há uma tendência de elevação ou redução da taxa de juros, fazendo com que a oferta de crédito se contraia ou se expanda. Pode-se dizer que o papel da taxa de juros é fundamental no processo decisório dos agentes econômicos. A Selic também é determinante para a redução do Spread, uma vez que as margens e taxas cobradas nos financiamentos entram em comparação das instituições financeiras de conceder empréstimos ou adquirir títulos do tesouro, livre de risco, com liquidez pela taxa básica.

O nível de atividade e produção econômica conduz à ideia de que uma economia em expansão aumenta a demanda por crédito gerando como consequência elevação do spread bancário pelos bancos que se aproveitam da maior procura por financiamentos. Porém, supõe-se que esse aquecimento da

economia poderia reduzir a taxa de juros, pelo aumento da concorrência e diminuição da inadimplência.

### **3 Spread Bancário**

#### **3.1 Método de Decomposição do Spread pelo Banco Central**

Seguindo as análises pelo relatório de economia bancária e crédito do Banco Central de 2011 pode-se conhecer um novo método adotado para decompor o Spread, utilizando o cálculo da taxa preferencial brasileira (TPB), pois até então tinha-se um dos spread mais altos do mundo. O spread total para pessoas físicas e jurídicas em 2008 era 39,98% ao ano, em 2009 reduziu para 29,81% e em 2010 novamente se reduz para 27,87% ao ano. A partir de 2011 o cálculo passa a considerar somente os clientes preferenciais. O cálculo sobre a TPB consiste em apresentar operações de apenas os clientes que apresentam as seguintes características: “(i) é pessoa jurídica; (ii) possui operações de crédito com três ou mais instituições financeiras; (iii) tem, pelo menos, uma operação em curso normal com valor maior ou igual a R\$5 milhões; (iv) possui, pelo menos, uma operação com classificação de risco “AA”; (v) possui operações classificadas nos riscos “AA” e “A” cuja soma corresponde a, no mínimo, 90% do total de seu endividamento perante o Sistema Financeiro Nacional (SFN); e (vi) não possui operações com atraso superior a noventa dias que representem mais que 1% do total de seu endividamento junto ao SFN” (BACEN, 2011, p. 13). Por esta razão o spread encontra-se menor se comparado com o método anterior.

O Banco central tem tentado mostrar que seu objetivo é procurar incentivar a redução do custo do crédito a longo prazo, promovendo a transparência, maior concorrência, portabilidade de dívidas e garantia dos contratos. Os Bancos públicos como a Caixa federal e o Banco do Brasil foram fundamentais para a variação do Spread, pois foram eles que iniciaram medidas de redução dos custos de financiamentos aumentando suas participações no mercado do crédito e com tais medidas conseguiram reduzir o *spread* por um tempo, porém não sendo acompanhado por bancos privados.

A tabela 2, Banco Central do Brasil (2011) mostra em percentuais entre 2007 a 2011 as variáveis que englobam o total do spread. Pode-se perceber que em 2008 com a deflagração da crise e as incertezas no ambiente macroeconômico ocorreu uma elevação na taxa de aplicação chegando a 21,78%, aumentando a margem líquida. Isto serve como parâmetro nas expectativas, para tomadores da faixa da TPB e um aumento ainda maior nas margens dos Bancos para os que não se encaixam neste tipo de modalidade. Esta redução dos valores do spread utilizando o parâmetro da taxa preferencial brasileira mostra diretamente que os juros cobrados em comparação aos pequenos credores e empresas são muito maiores que os cobrados aos grandes credores. Pode-se perceber a diferença do spread total com todos os segmentos era em 2008 de 39,98% como mostra o tabela 1 passando para 8,85% (tabela 2) no método da TPB. A partir de 2011 como relatado anteriormente devido a mudança de metodologia no cálculo considerando somente clientes preferenciais impedem análise de dados.

Tabela 1- Spread total Pré Fixado e seus componentes de 2008 a 2010

<b>Componentes de Determinação</b>	<b>%/2008</b>	<b>%/2009</b>	<b>%/2010</b>
1- <i>spread</i> total	39,98	29,81	27,87
2-Custo administrativo	4,71	4,7	3,5
3-Inadimplência	13,43	9,59	8,01
4-Custo Direcionamento ( compulsório+Subsidio cruzado)	0,74	0,49	0,41
5-Encargos Fiscais e FGC	1,46	1,12	1,14
Impostos	1,23	0,94	0,88
Custo do FGC	0,22	0,18	0,16
6-Margem bruta, erros e omissões ( 1-2-3-4-5)	19,64	13,91	15,22
7-Impostos Diretos	7,88	5,57	6,1
8-Margem Líquida, erros e omissões (6-7)	11,76	8,34	9,12

Fonte: Banco Central Brasil ( 2015)

Tabela 2- Decomposição do Spread Bancário segundo a Taxa Preferencial Brasileira-TPB

<b>Decomposição do Spread segundo a TPB</b>	<b>%/2007</b>	<b>%/2008</b>	<b>%/2009</b>	<b>%/2010</b>	<b>%/2011</b>
A-Taxa de Aplicação	13,79	21,78	13,85	15,53	15,59
B-Taxa de Captação	11,78	12,93	10,51	11,83	10,08
1-Spread (%)	2,01	8,85	3,34	3,7	5,51
	0,99	1,11	1,8	1,31	1,24
2-Inadimplência					
3-Compulsório+subsídio	0,33	1,88	0,74	0,42	0,65

cruzado+encargos e FCC					
4-Margem bruta, erros e omissões (1-2-3)	0,69	5,86	0,8	1,97	3,62
5-Impostos diretos	0,28	2,34	0,32	0,79	1,45
6-Margem Líquida, erros e omissões (4-5)	0,42	3,51	0,48	1,18	2,17

Fonte: Banco Central Brasil (2015)

Existe uma diferença marcante no que diz respeito ao spread bancário para pessoas físicas e para pessoas jurídicas. Conforme dados obtidos no IPEADATA a tabela 3 mostra que o saldo de operações de crédito para o spread pessoa física em março de 2011 era de 26,6 % enquanto que para pessoa jurídica era de 10,4%.

Tabela 3-Spread operações de crédito

<b>Data</b>	<b>Operações de crédito - spread - pessoa jurídica%</b>	<b>Operações de crédito - spread - pessoa física%</b>
2011.03	10,4	26,6
2011.06	10,8	26,8
2011.09	10,8	27,7
2011.12	10	26
2012.03	10,8	27,4
2012.06	8,9	25,1
2012.09	8,5	24,1
2012.12	7,5	21,7
2013.03	8	21,5
2013.06	7,4	20,3
2013.09	7,6	20,4
2013.12	7,5	20
2014.03	8,3	22,1
2014.06	8,3	22,6
2014.09	8,4	22,2
2014.12	8,1	21,5
Spread Médio	8,83	23,5

Fonte: IPEADATA ( 2015)

A inadimplência explica tamanha diferença nos percentuais de spread e mostra conforme a tabela 4 com dados obtidos no IPEADATA que em dezembro de 2013 o percentual para recursos direcionados pessoa jurídica era de 0,43% enquanto que para pessoa física era mais que o dobro 1,61%. Percebe-se que para os bancos o tomador pessoa física inadimplente acaba impondo que se aumente o *spread* de forma a compensar seus custos, que recaem sobre aqueles que vão realizar novos empréstimos.

Tabela 4-Inadimplência Recursos Livres e Direcionados

Data	Recursos livres - inadimplência - pessoa jurídica - (%)	Recursos livres - inadimplência - pessoa física - (%)	Recursos direcionados - inadimplência - pessoa jurídica (%)	Recursos direcionados - inadimplência - pessoa física - (%)
2011.03	3,01	5,55	0,5	2,43
2011.06	3,23	5,93	0,47	2,16
2011.09	3,27	6,4	0,53	2,03
2011.12	3,33	6,74	0,54	2,02
2012.03	3,49	6,97	0,53	2,04
2012.06	3,54	7,14	0,56	2
2012.09	3,58	7,21	0,56	1,96
2012.12	3,62	6,89	0,54	1,86
2013.03	3,57	6,64	0,52	2,01
2013.06	3,4	6,3	0,57	1,85
2013.09	3,33	6,08	0,5	1,89
2013.12	3,06	5,72	0,43	1,61
2014.03	3,24	5,59	0,47	1,88
2014.06	3,36	5,62	0,52	1,77
2014.09	3,53	5,68	0,5	1,69
2014.12	3,37	5,31	0,48	1,62

Fonte: IPEADATA (2015)

### 3.2 Participação do Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica

O crédito de pessoa física é indispensável para o consumo e ou aquisição de bens e também para o desenvolvimento econômico. além de suma importância para o setor produtivo. O crédito de pessoa jurídica fomenta o crescimento e o empreendedorismo. Dentre as principais fontes de financiamento tanto a pessoas físicas e jurídicas estão a seguir: cartão de crédito, conforme renda e perfil de consumo, as instituições ofertam cartões

com limites de crédito ao usuário. No período houve um crescimento expressivo, segundo dados obtidos pelo Banco Central em março de 2008 o saldo da carteira de cartão de crédito total era de R\$46 milhões, passando para R\$168 milhões em dezembro de 2014 , evolução de em torno 365%. A tabela 5 mostra os dados.

Tabela 5- Saldo Cartão de crédito Pessoa Física e Jurídica

<b>Data</b>	<b>Saldo com recursos livres - Pessoas jurídicas - Cartão de crédito total - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo com recursos livres - Pessoas físicas - Cartão de crédito total - R\$ (milhões)</b>	<b>Total</b>
mar/08	2.309	43.929	46.238
dez/08	2.422	59.409	61.831
jan/09	2.201	56.747	58.948
dez/09	2.598	79.810	82.408
jan/10	2.461	78.878	81.339
dez/10	3.948	100.065	104.013
jan/11	3.757	99.076	102.833
dez/11	4.839	114.013	118.852
jan/12	4.347	113.061	117.408
dez/12	5.750	126.614	132.364
jan/13	4.876	126.273	131.149
dez/13	6.847	144.589	151.436
jan/14	5.901	143.914	149.815
dez/14	7.379	160.807	168.186

Fonte: BCB ( 2015)

O cheque especial é uma modalidade de crédito ligado a uma conta bancária, de fácil utilização com valores em limite, porém com uma alta taxa de juros, em janeiro de 2008 as operações com cheque especial segundo indicadores de crédito do BACEN considerando pessoa física e jurídica, chegavam ao total no valor de R\$ 25.933,00 bilhões crescendo para R\$ 41.407,00 bilhões em julho de 2014, uma evolução de 65%, porem no segundo

semestre cai um pouco o crédito cheque especial, principalmente pessoa física chegando a R\$ 38.148,00 bilhões. A tabela 6 mostra estes dados.

Tabela 6- Saldo Cheque Especial pessoa Física e Jurídica

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Cheque especial - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Cheque especial - R\$ (milhões)</b>	<b>Total</b>
jan/08	9.600	16.333	25.933
ago/08	11.567	17.998	29.565
dez/08	11.463	18.907	30.370
jan/09	11.600	20.027	31.627
jul/09	12.171	20.459	32.630
dez/09	12.143	18.167	30.310
jan/10	12.309	19.044	31.353
jul/10	12.189	19.498	31.687
dez/10	12.801	18.257	31.058
jan/11	13.634	20.296	33.930
jul/11	14.263	21.604	35.867
dez/11	13.491	20.612	34.103
jan/12	14.583	23.071	37.654
jul/12	14.399	23.908	38.307
dez/12	13.545	21.674	35.219
jan/13	14.403	23.420	37.823
jul/13	14.416	24.064	38.480
dez/13	14.490	23.341	37.831
jan/14	15.397	24.909	40.306
jul/14	14.693	26.714	41.407
dez/14	13.644	24.504	38.148

Fonte:BCB (2015)

O crédito pessoal é vital para o consumo, geralmente sendo oferecido pelas instituições aos seus correntistas, em janeiro de 2008 seu saldo total segundo o sistema gerenciador de séries temporais do Banco Central do Brasil era de R\$ 40.570,00 bilhões, e em dezembro de 2014 chegava a R\$ 100.960,00 bilhões, apresentando uma evolução nesta oferta de aproximadamente 150%. A tabela 7 mostra estes dados:

Tabela 7 – Saldo Crédito Pessoal

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal não consignado - R\$ (milhões)</b>
jan/08	40.570
dez/08	46.691
jan/09	48.295
dez/09	50.002
jan/10	50.764
dez/10	64.450
jan/11	65.579
dez/11	77.654
jan/12	78.647
dez/12	88.141
jan/13	89.031
dez/13	95.828
jan/14	97.008
dez/14	100.960

Fonte: BCB (2015)

O crédito consignado é uma modalidade de financiamento pessoal, creditado com desconto em folha de pagamento direto da conta- salário, sendo vantajoso por possuir taxas de juros mais baixas. É uma das modalidades de destaque nesta pesquisa e que apresentou ótimo desempenho no período,

nele está presente crédito para aposentados, pensionistas, trabalhadores do setor público e privado. Em março de 2008 o saldo do crédito consignado total era de R\$ 72.900,00 milhões, e em dezembro de 2014 seu saldo era de R\$ 252.184,00 milhões apresentando um crescimento de 350% conforme mostra a tabela 8.

Tabela 8- Saldo Crédito Consignado Total

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Crédito pessoal consignado total - R\$ (milhões)</b>
mar/08	72.900
dez/08	82.853
mar/09	83.665
dez/09	107.283
mar/10	115.128
dez/10	136.312
mar/11	142.150
dez/11	159.349
mar/12	167.349
dez/12	188.879
mar/13	198.840
dez/13	221.878
mar/14	229.591
dez/14	252.184

Fonte: BCB (2015)

O crédito aquisição de Bens, seguindo a pesquisa do saldo de crédito pelo Banco Central para aquisição de bens representava em abril de 2008 R\$ 95.725,00 milhões, chegando a cerca de R\$ 204.170,00 milhões em dezembro de 2013, uma constante evolução neste período de aproximadamente 112%. Já

ao longo de 2014 percebe-se uma pequena queda nessa modalidade de crédito certamente devido às altas da taxa básica de juros, pelo ambiente macroeconômico de incerteza em um ano de período eleitoral para definições político-econômicas, baixando o volume para R\$ 196.116,00 milhões em dezembro de 2014 como mostra a tabela 9.

Tabela 9- Saldo Crédito Aquisição de Bens Total

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Aquisição de bens total - R\$ (milhões)</b>
jan/08	95.516
abr/08	95.725
dez/08	94.033
jan/09	92.713
abr/09	90.623
dez/09	103.573
jan/10	104.964
dez/10	150.704
jan/11	153.402
abr/11	162.007
dez/11	187.093
jan/12	189.573
abr/12	192.769
dez/12	203.665
jan/13	203.968
abr/13	203.578
dez/13	204.170
jan/14	204.466
abr/14	200.944
dez/14	196.116

Fonte: BCB ( 2015)

O arrendamento Mercantil tem por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, seguindo especificações da arrendatária e para uso próprio desta. Esta modalidade apresentou queda expressiva ao longo do período, principalmente a partir de 2009 tanto para pessoas físicas como jurídicas. Em maio de 2008 o saldo para pessoas físicas era de R\$56.761,00 milhões e para pessoas jurídicas eram R\$28.345,00 milhões baixando consideravelmente para R\$ 3.320,00 milhões em dezembro de 2014, pessoas físicas chegando a 730% de variação. A tabela 10 mostra os valores.

Tabela 10- Saldo Arrendamento Mercantil

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Arrendamento mercantil total - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas físicas - Arrendamento mercantil total - R\$ (milhões)</b>
jan/08	24.573	43.179
mai/08	28.345	56.761
dez/08	34.137	76.376
jan/09	33.843	77.422
mai/09	33.246	80.479
dez/09	32.069	79.262
jan/10	31.720	78.386
mai/10	30.405	71.709
dez/10	28.857	57.197
jan/11	28.415	55.102
mai/11	27.425	47.721
dez/11	26.505	34.958
jan/12	26.181	33.300
mai/12	24.899	27.031
dez/12	22.928	17.913
jan/13	22.732	16.762
mai/13	21.337	12.809
dez/13	20.028	7.906
jan/14	20.095	7.368
mai/14	19.328	5.481
dez/14	18.232	3.320

Fonte: BCB (2015)

O financiamento imobiliário, modalidade de crédito destinado a compra de imóveis para moradia residencial, apresentando ao longo do período grande crescimento devido ao aumento de renda das famílias, a estabilidade econômica e incentivo dos programas de governo. Também houve incremento no saldo das operações destinado as pessoa jurídica ou comercial, destinado a empresas para compra de imóveis para fins comerciais. Em janeiro de 2008 o volume de crédito pessoa jurídica era de R\$ 5.521,00 bilhões, chegando em dezembro de 2014, sete anos depois a R\$ 66.200,00 bilhões. Já neste mesmo período o crédito pessoa física segundo dados do Banco Central apresentou evolução impressionante passando de R\$ 43.972,00 milhões para R\$ 431.648,00 milhões, um aumento percentual de aproximadamente 1000%. A tabela 11 apresenta os números.

Tabela 11- Financiamento Imobiliário

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos direcionados - Pessoas jurídicas - Financiamento imobiliário total - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos direcionados - Pessoas físicas - Financiamento imobiliário total - R\$ (milhões)</b>
jan/08	5.521	43.972
set/08	7.406	54.713
dez/08	9.171	59.661
jan/09	9.503	61.094
set/09	13.523	78.536
dez/09	15.078	84.296
jan/10	15.287	89.174
set/10	20.507	118.527
dez/10	22.438	131.310
jan/11	22.969	134.785
set/11	29.752	174.945
dez/11	32.201	189.392
jan/12	32.922	194.409
set/12	40.473	236.413
dez/12	42.947	255.367
jan/13	43.092	261.344
set/13	51.152	319.441
dez/13	53.776	337.225
jan/14	54.381	343.750
set/14	63.400	405.282
dez/14	66.200	431.648

Fonte: BCB (2015)

Financiamentos com recursos do BNDES, com recursos direcionados para os agentes pessoas jurídicas apresentaram nível de crescimento bem elevado, conforme os dados, O saldo em janeiro de 2008 era de R\$ 139.402 milhões saltando para R\$ 595.223,00 milhões em dezembro de 2014, um aumento percentual de 420%. Já o capital de giro também com recursos do BNDES apresenta certo aumento, não tão expressivo. Em Janeiro de 2008

apresentava saldo de R\$ 8.329,00 milhões evoluindo para R\$ 20.752,00 milhões em dezembro de 2014, variação de 250%. A tabela 12 apresenta os números.

Tabela 12-Financiamento Recursos BNDES

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos direcionados - Pessoas jurídicas - Capital de giro com recursos do BNDES - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos direcionados - Pessoas jurídicas - Financiamento com recursos do BNDES total - R\$ (milhões)</b>
jan/08	8.329	139.402
mai/08	8.941	149.736
dez/08	10.530	188.741
jan/09	10.551	189.721
mai/09	8.796	194.955
dez/09	12.540	263.599
jan/10	12.750	267.867
mai/10	12.924	283.420
dez/10	19.865	333.398
jan/11	19.915	335.527
mai/11	19.772	343.570
dez/11	19.360	393.392
jan/12	19.366	388.551
mai/12	18.767	405.426
dez/12	22.800	446.699
jan/13	23.243	448.494
mai/13	25.968	471.936
dez/13	23.052	514.479
jan/14	23.271	522.378
mai/14	20.594	531.136
dez/14	20.752	595.223

Fonte: BCB (2015)

Operações com desconto de duplicatas desconto de cheques e antecipação de cartão de crédito para pessoas jurídicas representam participação importante nos recursos livres. Analisando os dados nota-se crescimento no desconto de duplicatas, passando de R\$ 15.597,00 milhões em dezembro de 2008 para R\$ 23.246,00 milhões em dezembro de 2014, evolução de 50%. Desconto de cheques ao longo do período fica estagnado,

sem grandes variações. Já a antecipação de recebimento de faturas de cartão de crédito obteve uma grande evolução, partindo de R\$ 1.584,00 milhões em janeiro de 2008 para R\$ 6.976,00 milhões em dezembro de 2014. Percentual evolutivo de 440%. Tabela 13 apresenta os números.

Tabela 13-Operações com desconto de Duplicatas, Desconto de Cheques e Antecipação de Cartão de Crédito.

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Desconto de duplicatas - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Desconto de cheques - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Antecipação de faturas de cartão de crédito - R\$ (milhões)</b>
jan/08	12.606	8.266	1.584
mai/08	13.253	8.922	1.578
set/08	14.513	9.793	1.561
dez/08	15.597	9.881	1.728
jan/09	13.832	9.612	1.730
mai/09	14.393	9.693	1.724
set/09	14.589	9.132	1.825
dez/09	16.905	8.945	2.074
jan/10	15.636	8.787	2.092
mai/10	16.372	8.827	2.122
set/10	16.808	8.940	2.371
dez/10	17.900	9.101	3.083
jan/11	16.056	8.857	3.108
mai/11	16.853	9.755	3.617
set/11	17.483	9.666	4.356
dez/11	18.438	9.742	5.088
jan/12	16.780	9.326	4.875
mai/12	17.767	9.784	5.005
set/12	18.785	10.024	5.445
dez/12	20.537	10.047	6.179
jan/13	18.309	9.645	5.988
mai/13	19.585	9.748	6.267
set/13	21.119	9.457	6.363
dez/13	23.157	9.499	7.030
jan/14	20.380	9.145	6.779
mai/14	21.633	9.055	6.207
set/14	22.738	8.897	6.454

dez/14	23.246	8.851	6.976
--------	--------	-------	-------

Fonte: BCB ( 2015)

O capital de giro é o instrumento de crédito amplamente utilizado pelas empresas, nos recursos livres apresentou no período forte crescimento, em janeiro de 2008 , totalizava 101.836,00 bilhões, sendo que em dezembro de 2014 seu saldo segundo dados do sistema gerenciador de séries do BACEN passou para R\$ 392.390 bilhões. Alta percentual de 390%%, a tabela 14 mostra estes dados.

Tabela 14- Total Capital de Giro

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Capital de giro total - R\$ (milhões)</b>
jan/08	101.836
dez/08	168.013
jan/09	169.199
dez/09	213.486
jan/10	213.334
dez/10	262.178
jan/11	262.502
dez/11	307.081
jan/12	306.864
dez/12	363.594
jan/13	363.342
dez/13	385.220
jan/14	381.428
dez/14	392.390

Fonte Banco Central ( 2015)

Operações com ACC, Financiamento a Exportações e Importações e Repasses externos, fechava um saldo total em dezembro de 2008 de R\$

98.017,00 milhões indo para um saldo total em dezembro de 2014 de 144.869,00 milhões. Por tipo de crédito em janeiro de 2008 as operações de ACC somavam R\$ 30.040,00 milhões, as operações de financiamento a importações R\$ 8.309,00 milhões, as operações de financiamento a exportações R\$ 6.816,00 milhões e o Repasse Externo somava 29.315,00 milhões. As diferenças com ficaram em dezembro de 2014 para Contratos ACC de 75%chegando em R\$ 52.540,00 milhões. O saldo de crédito a financiamento a importações em dezembro de 2014 decresceu para o montante de R\$ 5.684,00, um recuo de 48%.O crédito para exportações obteve grande destaque no período subindo em dezembro de 2014 para R\$ 57.486, percentual expressivo de crescimento de 845%.Já o saldo de operações com recursos externos no período exibe uma equiparação em dezembro de 2014, cujo saldo é praticamente o mesmo de 2008, R\$ 29.159,00. Porém, pode-se notar que entre 2009 a 2013 teve queda expressiva, chegando a R\$ 8.093,00 milhões em maio de 2011. A tabela 15 mostra os dados

Tabela 15-Operações com ACC, Financiamento a Exportações e Importações e Repasses Externos

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC) - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Financiamento a importações - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Financiamento a exportações - R\$ (milhões)</b>	<b>Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Repasse externo - R\$ (milhões)</b>
jan/08	30.040	8.309	6.816	29.315
dez/08	43.245	8.625	15.488	30.659
jan/09	42.764	7.916	15.375	28.731
dez/09	30.052	4.436	13.309	12.864
jan/10	30.368	4.790	13.632	13.365
dez/10	29.351	4.365	15.916	8.341
jan/11	31.280	4.398	16.012	8.153
dez/11	39.650	5.563	28.032	9.094
jan/12	39.951	5.005	28.537	8.379
dez/12	45.908	4.958	36.876	13.839
jan/13	43.634	4.769	36.592	15.397
dez/13	42.479	5.464	50.340	23.818
jan/14	42.103	5.705	50.901	24.528
dez/14	52.540	5.684	57.486	29.159

### 3.3 Participação do crédito em relação ao PIB e total da carteira de crédito

As participações das operações de crédito total em relação ao PIB tiveram representatividade evolutiva de 57% neste período de sete anos. Apesar de o Brasil apresentar uma das mais baixas relação Crédito/PIB em comparação aos padrões de outros países, revela-se em trajetória crescente. Em Janeiro de 2008 as operações do saldo em carteira de crédito total era de R\$ 953.413 milhões, com participação do crédito/PIB de 34,74% chegando a R\$ 3.017,456 bilhões, em dezembro de 2014 que é valor correspondente a 54,65% do Crédito/PIB. A tabela 16 apresenta os dados.

Tabela 16- Participação do crédito em relação ao PIB e total da carteira de crédito.

<b>Data</b>	<b>Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB - %</b>	<b>Saldo da carteira de crédito - Total - R\$ (milhões)</b>
jan/08	34,74	953.413
dez/08	39,71	1.233.987
jan/09	39,59	1.235.244
dez/09	42,68	1.420.515
jan/10	42,49	1.430.550
dez/10	44,06	1.712.708
jan/11	43,71	1.718.711
dez/11	46,49	2.033.954
jan/12	46,16	2.033.185
dez/12	50,25	2.368.338
jan/13	49,79	2.366.165
dez/13	52,57	2.711.371
jan/14	52,22	2.713.271
dez/14	54,65	3.017.456
Fonte	BCB	

## 4 ANÁLISE DE APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Na década passada, a criação de novas leis, como a do crédito consignado, na qual o agente financeiro vai amortizando as parcelas da dívida diretamente na folha de pagamento do mutuário, e a lei de alienação fiduciária, onde o banco que concede o empréstimo tendo como garantia o bem do mutuário foi proporcionando um ambiente benéfico para o crescimento do mercado de crédito.

Somado a isso, no período o aquecimento do mercado de trabalho e o aumento da renda per capita dos últimos anos, resultaram num maior poder de compra, aumento no nível de consumo e demanda, entrando o crédito como facilitador de todo esse ciclo.

As análises deste trabalho levam em consideração dados obtidos por órgão oficiais como o Banco Central, IPEADATA, e pesquisa bibliográfica. Inicialmente no período de 2008 a 2010 o país apresentou uma expansão creditícia com alto Spread bancário, influenciado pelo momento econômico de demanda por crédito. Muitos bancos reconsideraram classificações ruins e passaram a ofertar capital para esta faixa de tomadores, o que contribuiu para aumento de inadimplência e Spreads maiores para atingir suas margens líquidas nestes primeiros anos de verificação. No período também há de se considerar a forte participação dos Bancos públicos como a Caixa o Banco do Brasil e o BNDES na oferta de crédito como resposta a conter a crise internacional que ocorria mais fortemente entre 2008 e 2009, na forma de atuação anticíclica no país.

Os dados do Spread bancário mostram que os bancos ao justificar uma política de precaução e risco acabam cobrando um alto Spread. Em 2008 o Spread total era de 39,98%, pela taxa preferencial brasileira passa para 8,85%, em 2009 era de 29,81% e pela TPB passa a 3,34, e em 2010 era de 27,87% passando a 3,7%. A partir de 2011 passa a ser considerado somente o novo método. Entre 2009 e 2010 verifica-se que pelo método de clientes

preferências e o impacto da crise internacional as grandes empresas mostra aumento na inadimplência de 1,1% para 1,8 %.

No período entre março de 2011 a junho de 2013 o spread médio teve diminuição, pessoa física era 10,4 % e pessoa Jurídica era de 26,6 %, caindo para 7,4% e 20,3%, respectivamente. Influenciadas pelas medidas de concorrência colocadas pelo governo, pelo aumento do prazo nas operações e também pela queda da taxa básica de juros que chegou a 7,25% no fim de 2012 permanecendo até abril de 2013. Ao longo de 2014 houve uma moderação do crédito, via consumo e investimento, reflexo da elevação da Selic que em dezembro de 2014 chegou a 11,75% e mesmo apresentando uma queda na inadimplência pessoa física ,os bancos continuavam com elevado *Spread*.

Uma explicação defendida pelas instituições financeiras de que o *Spread* é elevado devido a uma série de custos envolvidos na composição. Na verdade captação como na aplicação, os custos são diluídos e o que contribui para o dinheiro ficar caro é o calote dos tomadores e a margem líquida absurdamente alta, segundo eles para compensar os riscos.

No que se refere ao Crédito com recursos direcionados, os que tiveram grande destaque na pesquisa foram os financiamentos imobiliários, chegando a uma evolução de aproximadamente 1000% no crédito pessoa física saltando de R\$ 43.972 milhões em 2008 para R\$ 431.646,00 milhões em 2014. Os recursos via financiamentos do BNDES evoluíram 420% chegando a R\$ 595.223 milhões. O capital de giro também apresentou forte crescimento, um salto de 390% chegando em dezembro de 2014 com R\$ 392,390 milhões.

No crédito com recursos livres o que se posicionou com grande evidencia foi o consignado, modalidade voltada ao consumo das famílias em março de 2008 tinha um saldo de R\$ 72.900 bilhões dando um salto de 350% chegando a R\$ 252.184 bilhões e o crédito pessoal com incremento de 150%, saltando de R\$ 40.570 milhões em janeiro de 2008 para R\$ 100.960 milhões em dezembro de 2014.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa e o quanto o crédito pode alavancar o desenvolvimento econômico podemos verificar um contraponto sobre a redução de desigualdade no Brasil existente entre o consumo dos assalariados, mas não entre a renda do capital e a renda do trabalho, que apresenta grandes diferenças. Os detentores do capital no caso as instituições financeiras, têm preferido colocar seus montantes em títulos de dívida pública, com as taxas de juros crescentes, aversão ao risco e inadimplência, o que torna o volume de crédito mais escasso com elevadas taxas de Spread e margens de lucro.

Portanto, fica evidente uma resistência por parte dos setores rentistas em reduzir os *Spreads*, em sua maioria os grandes bancos, possuem capital expressivo aplicado em títulos da dívida pública atrelado a taxa básica de juros.

Quanto ao poder de mercado dos bancos, que poderia ser uma das razões para explicar o porquê de o spread bancário ser tão elevado no Brasil, leva-se em consideração a concentração do sistema bancário. A rentabilidade do setor é bastante elevada, quando comparada a outros seguimentos.

A oferta de crédito até chegou a se elevar no país devido a uma série de medidas, entre elas, a retomada do crescimento, a recuperação do mercado formal de trabalho e o aumento dos rendimentos. Porém o responsável foi a política econômica de ampliação do crédito, especialmente pelos bancos públicos federais e pelo BNDES, com objetivos claros de sustentar crescimento e fazer frente aos efeitos da crise econômica mundial.

Em comparação a outros países o volume de crédito ainda é baixo e esse é um fator que impede maior crescimento econômico.

Aparentemente a dificuldade e demora em recuperar os valores emprestados ajudam a inflar os spreads.

Com base nos dados deste trabalho, a inadimplência e a margem líquida mostram ser os componentes de maior participação no spread.

No período os recursos direcionados são os mais destacados na oferta de crédito no país, os financiamentos BNDES e crédito imobiliário apresentaram crescimentos muito expressivos.

Já nos recursos livres os principais foram o crédito pessoal e o consignado.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Sistema Gerenciador de séries Temporais. <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BANCO CENTRAL DO BRASIL **Evolução recente do crédito, da inadimplência e do endividamento das famílias.** In: Relatório de Inflação, setembro 2008. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2008/09/ri200809b2p.pdf> Acesso em: 22/11/2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema gerenciador de séries temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> Acesso em 19/11/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório da economia bancária. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=SPREAD&ano=2009> <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>> Acesso em 16/11/2015

. [http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC\\_2011.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC_2011.pdf).> Acesso em 16/11/2015.

[http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc\\_2012.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2012.pdf).> Acesso em 16/11/2015.

FEBRABAN, Federação Brasileira de Bancos Relatórios de Economia, disponível em:

[http://www.febraban.org.br/acervo.asp?id\\_pagina=193&id\\_paginaDe=78](http://www.febraban.org.br/acervo.asp?id_pagina=193&id_paginaDe=78)> Acesso em 29/10/2015

IPEADATA, **Dados Macroêconomicos**, Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2051:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2051:catid=28&Itemid=23) > Acesso em 26/10/2015.

JANTALIA, F – Juros Bancários , 1ª ed, São Paulo, Atlas 2012.

LOPES, ROSSETI – Economia Monetária, 9ª ed, São Paulo: ATLAS, 2009.

MISHKIN, F.S – Moedas, Bancos e Mercado Financeiros . 5ª ed, Rio de Janeiro.

